



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
CAMPUS BARREIROS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

LIDIANE MAYSIA DE LIMA

**PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – (PNAE): avanços e
desafios na execução da Lei 11.967/09 no município de Barreiros - PE**

Barreiros – PE
2021

LIDIANE MAYSA DE LIMA

PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – (PNAE): avanços e desafios na execução da Lei 11.967/09 no município de Barreiros - PE

Trabalho de Conclusão apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE – *Campus* Barreiros-PE como parte dos requisitos para obtenção do título de Tecnóloga em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Figueira de Mello.

Sistema de Bibliotecas Integradas do IFPE (SIBI/IFPE) – Biblioteca do *Campus* Barreiros
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732p Lima, Lidiane Maysa de.
Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE) : avanços e desafios na execução da Lei 11.967/09 no município de Barreiros - PE / Lidiane Maysa de Lima. – 2021.
35 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Figueira de Mello.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Agroecologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, *Campus* Barreiros, 2021.

1. Políticas públicas. 2. Agricultura familiar. 3. Programas sociais.
4. Famílias agricultoras – Geração de renda. I. Mello, Marcelo Rodrigues Figueira de, orientador. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. III. Título.

CDD 320.6

LIDIANE MAYSA DE LIMA

PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – (PNAE): avanços e desafios na execução da Lei 11.967/09 no município de Barreiros - PE

TCC DEFENDIDO E APROVADO EM _03/_12 / _2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Figueira de Mello
IFPE Orientador – Presidente da Mesa

Prof. Dra. Amanda Reges de Sena
Avaliadora interna IFPE Campus Barreiros

Prof. Dra. Deborah Silva do Amaral
Avaliadora externa IFPB Campus Barreiros

Barreiros – PE
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado, abençoado, me dado forças para persistir nos meus estudos, e que apesar das dificuldades, nunca ter me deixado desistir sempre me mantendo de pé e fiel aos meus objetivos.

Aos meus pais pelo incentivo e ajuda em todos os momentos da minha vida se dedicando e fazendo sempre o melhor por mim.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, *Campus Barreiros-PE* por oferecer excelentes cursos e ensino de qualidade para população.

Ao meu orientador por ter me acolhido e apoiado na realização desse trabalho, pela paciência, dedicação e orientação.

Aos meus professores e amigos (Neto, Gil, Manoel, Gláucio e Vinicius) por todo o apoio e por sempre estarem disponíveis para me ajudar tirando minhas dúvidas e dividindo suas experiências.

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho a minha eterna gratidão.

“Floresça onde Deus te plantar”

Autor desconhecido

RESUMO

A comercialização representa uma etapa primordial na cadeia produtiva da produção agrícola familiar. Sendo responsável pela geração de renda e manutenção da família agricultora no campo. Para que isso corra, é fundamental a existência de espaços de comercialização e programas de compras institucionais como por exemplo o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), a qual estabelece que no mínimo 30% dos recursos destinados a alimentação escolar sejam oriundos de produtos da agricultura familiar. O objetivo deste estudo foi caracterizar os avanços e desafios na execução da Lei 11.967/09 referente à compra da produção agrícola familiar para merenda escolar no Município de Barreiros - PE. Para a realização deste estudo, considerou-se necessária a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas através da aplicação de questionários. Foram entrevistados a gestora municipal do PNAE, o vice-presidente do Sindicato Rural (STR Barreiros), a nutricionista responsável pelo cardápio escolar no município, a nutricionista do Instituto Federal de Pernambuco (Campus Barreiros) e o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Dentre os vários aspectos observados nas entrevistas, o acesso e operacionalização da Lei 11.967/09 tiveram destaque. A gestora do PNAE no município mencionou que a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar este ano beneficiou apenas quatro agricultores familiares. Um dos entraves apontados pela gestora no acesso ao programa foi a dificuldade na documentação e o fato do processo de compra ocorrer através de chamada pública como prevê a Lei. Tanto o sindicato rural como o conselho municipal destacaram a falta de recursos para as compras institucionais do PNAE e as dificuldades na organização da produção como fatores para a baixa adesão ao programa. Ambas as nutricionistas entrevistadas também citaram como desafios na operacionalização do PNAE a falta de contato com os agricultores, documentação e a dificuldade deles em acessarem as chamadas públicas via internet. Considerando a quantitativo de assentamentos e famílias agriculturas no município de Barreiros, acessar ao PNAE conforme prevê a Lei 11.967/09 é urgente quando pensamos em fortalecer a cadeia produtiva local e promover a geração de renda para as famílias agricultoras.

Palavras-chave: comercialização; geração de renda; agricultura familiar.

ABSTRACT

Marketing represents an essential step in the production chain of family agricultural production. Being responsible for generating income and maintaining the farming family in the countryside. For this to happen, the existence of commercial spaces and institutional purchase programs is essential, such as the National School Feeding Program (PNAE), which establishes that at least 30% of resources for school meals come from products from the family farming. The objective of this study was to characterize the advances and challenges in the execution of Law 11.967/09 regarding the purchase of family agricultural production for school lunches in the city of Barreiros - PE. To carry out this study, it was considered necessary to use qualitative and quantitative techniques through the application of questionnaires. The municipal manager of PNAE, the vice president of the Rural Union (STR Barreiros), the nutritionist responsible for school menus in the municipality, the nutritionist at the Federal Institute of Pernambuco (Campus Barreiros) and the president of the Municipal Council for Sustainable Rural Development were interviewed (CMDRS). Among the various aspects observed in the interviews, the access and implementation of Law 11.967/09 stood out. The PNAE manager in the municipality mentioned that the purchase of foodstuffs from family farming this year benefited only four family farmers. One of the barriers pointed out by the manager in accessing the program was the difficulty in documentation and the fact that the purchase process takes place through a public call, as provided for in the law. Both the rural union and the municipal council highlighted the lack of resources for institutional purchases by the PNAE and difficulties in the organization of production as factors for low adherence to the program. Both nutritionists interviewed also mentioned as challenges in putting the PNAE into operation the lack of contact with farmers, documentation and their difficulty in accessing public notices via the internet. Considering the number of settlements and agricultural families in the municipality of Barreiros, accessing the PNAE as provided for in Law 11.967/09 is urgent when we think about strengthening the local production chain and promoting income generation for agricultural families.

Keywords: marketing; income Generation; family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa Político do território da Mata Sul Pernambucana destacando o Município de Barreiros - PE (Fonte: SDT/MDA)18.

Figura 2. Entrevista realizada acerca do acesso e operacionalização do PNAE junto a secretaria de educação, secretaria de agricultura, sindicato rural, nutricionista e conselho municipal do município de Barreiros - PE. 2021.....19.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Recursos disponibilizados para o Município de Barreiros através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a merenda escolar e o percentual adquirido junto a agricultura familiar local. Barreiros – PE.	
2021.....	22.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN Banco Central do Brasil

CAE Conselho de Alimentação Escolar

DAP Declaração De Aptidão ao Pronaf

FUNDEB Fundo Nacional para a Alimentação Escolar

IBGE Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

IPA Instituto Agrônomo de Pernambuco

PAA Programa de Aquisição de alimentos

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
4 METODOLOGIA.....	18
4.1 Área de Estudo.....	18
4.2 Procedimentos metodológicos.....	18
4.3 Sistematização dos dados.....	19
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE.....	33

1 INTRODUÇÃO

A região da Mata Sul de Pernambuco localiza-se na mesorregião da Mata Pernambucana. Esta região é representada pelo bioma da Mata Atlântica, sendo caracterizada ainda hoje pela estrutura econômica agrária baseada na monocultura da cana-de-açúcar e por um expressivo número de assentamentos de reforma agrária onde prevalece a agricultura de base familiar (COSTA *et al.*, 2014).

O segmento da agricultura familiar está inserido em um novo contexto rural brasileiro que vem se desenhando na última década com mudanças importantes no que diz respeito a agricultura familiar, em particular, pela criação da Lei nº 11.326/2006. As informações do último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE revelaram que existem 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil em 2017. Desse total, 3.897.408 (76,8%) são formados por agricultores familiares (BRASIL, 2020; CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Apesar dos avanços nas políticas públicas nessas últimas décadas, a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar criado em 1996), PAA (programa de aquisição de alimentos criado em 2003) e do PNAE (Programa nacional para a alimentação escolar criado em 2009), o segmento da agricultura familiar ainda enfrenta grandes desafios, sendo um desses a comercialização (VALADARES *et al.*, 2020).

A comercialização representa uma etapa primordial na cadeia produtiva da produção agrícola familiar. Sendo responsável pela geração de renda e pela manutenção da família agricultora no campo. Para que isso corra, é fundamental a existência de espaços de comercialização e programas de compras institucionais que contemplem a família agricultora proporcionando o escoamento da sua produção a preços justos.

Neste contexto, a aquisição de alimentos via mercado institucional, a exemplo do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), tem incentivado o consumo de produtos da agricultura familiar local e de grupos organizados como associações e cooperativas, uma vez que a Lei Federal nº 11.947/09 estabelece que pelo menos 30% dos recursos dos programas de aquisição de alimentos sejam aplicados na compra de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

A compra institucional da agricultura familiar via PNAE, além de priorizar a produção de alimentos da agricultura familiar, também proporciona repensar a relação homem-natureza, através da produção de alimentos oriundos de sistemas produtivos mais sustentáveis. Ofertando produtos de qualidade para a merenda escolar com características regionais, ao mesmo tempo,

que fortalece o processo produtivo da família agricultora (DARLAN; ZONIN; COLETTI; SIMÕES; DENTZ, 2019).

Dessa forma, o PNAE mostra-se fundamental a todos os envolvidos no processo, desde os agricultores até os alunos beneficiados. Por outro lado, para que o PNAE contribua para o desenvolvimento da agricultura familiar e ofereça alimentos de qualidade para os estudantes é necessário que a lei seja cumprida. Os municípios apresentam dificuldades no acesso e aplicação dos recursos do PNAE. Essas dificuldades ocorrem devido à falta de políticas intersetoriais na gestão municipal e pela fragilidade na participação da sociedade civil no programa (MACHADO *et al.*, 2018).

Nos Municípios da Mata Sul de Pernambuco essas dificuldades permanecem. Por exemplo, segundo dados do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), no ano de 2012, dentre os 19 municípios que compõem a região, apenas cinco acessavam o PNAE comprando da agricultura familiar. Vale ressaltar, que o município de Barreiros possui cerca de 1.067 famílias agricultoras e 22 associações de agricultores familiares (IBGE, 2017; STR, 2021). Entretanto, a venda para o PNAE por essas associações é muito incipiente por diversas questões como por exemplo o desconhecimento dos agricultores no processo de compra conforme a Lei vigente. Nesse contexto, entender o processo e suas lacunas é fundamental para traçar estratégias que fortaleçam esse importante instrumento para a comercialização familiar.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Caracterizar os avanços e desafios na execução da Lei 11.967/09 referente a compra da produção agrícola familiar para merenda escolar no Município de Barreiros - PE.

2.2 Objetivos específicos

- Entender como ocorre a operacionalização para a compra institucional via PNAE da produção agrícola familiar no município de Barreiros – PE.
- Identificar os principais desafios no processo de aquisição da produção familiar municipal pela secretaria de educação municipal.
- Verificar a percepção dos agricultores e agentes de ATER sobre o processo de compra via PNAE para agricultura familiar local.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente a agricultura mundial enfrenta um grande desafio, atender às necessidades básicas dos seres humanos, provendo a sociedade de alimentos sob a perspectiva ética, social, econômica e ambiental. Para que isto ocorra, um novo foco nas relações humanas precisa ser estabelecido, tendo na solidariedade, na cooperação, no trabalho, na autonomia e nas relações de gênero importantes pilares nesse processo de mudanças (AMARAL; ARAÚJO, 2015).

Nesse contexto, a agricultura familiar através dos seus sistemas de produção diferenciados assume um papel relevante, na medida em que pode ofertar alimentos saudáveis cultivados através de práticas agroecológicas tendo nos seus diferentes sistemas de produção uma relação intrínseca entre o homem e a natureza. Segundo Troian et al. (2020) a agricultura familiar é um segmento social que combina diferentes fatores produtivos em uma dinâmica muito particular. Com o protagonismo da família na gestão e no trabalho, sendo uma categoria heterogênea onde prevalece a diversificação da produção.

De acordo com Cruz *et al.* (2020) a agricultura familiar deixou de ser conhecida exclusivamente com uma parte da população rural em que sua produção é destinada apenas para garantir a subsistência da família e da comunidade a que pertence. Os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, usando a definição oficial desta categoria, mostram a importância deste segmento dentro da agropecuária nacional.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, desenvolvido no Brasil há mais de 60 anos, é uma política pública que representa um dos maiores programas mundiais de alimentação e nutrição, com foco em estudantes. O programa foi implementado no Brasil em 1955 a partir da criação da campanha da merenda escolar. Inicialmente contava com o financiamento de organizações internacionais e passou por diversas reestruturações ao longo da sua existência. De uma política de suplementação alimentar passou a ser uma importante política pública de desenvolvimento (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017).

No ano de 2003 surge o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e em 2009 o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Aliados à estratégia intersetorial de combate à fome e à pobreza por meio do Programa Fome Zero e das ações do plano Brasil sem miséria, revitalizado através de uma legislação específica (Lei nº 11.947 de 16/06/2009) que estabelece que a alimentação escolar é um direito fundamental, do mesmo modo que a educação pública (SILVA, 2018).

A principal evolução ocorrida na gestão do programa, se deu através da criação da Lei nº 11.947/2009. A referida Lei estabelece que, no mínimo, 30% do total dos recursos repassados pelo Fundo nacional de Educação (FNDE) deve ser empregado na compra de gêneros alimentícios diretamente do agricultor ou empreendedor familiar rural ou de suas organizações. A obrigatoriedade na aquisição dos alimentos e emprego de recursos é fundamental para o fortalecimento do programa e da agricultura familiar. Isto porque incentiva a aquisição de alimentos diversificados e produzidos na própria região, estimulando o desenvolvimento local por meio de compras públicas, além de proporcionar hábitos alimentares mais saudáveis nas escolas onde o programa atua (PEDRAZA *et al.*, 2018).

O PNAE é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, permitindo o encontro entre alimentação escolar e agricultura familiar. O PNAE tem se mostrado uma ferramenta capaz de reconhecer a sustentabilidade nas suas distintas dimensões e por buscar a regionalização da alimentação escolar. Desta forma, estimula um mercado consumidor da economia urbana, dando origem a empregos e renda, enquanto no meio rural, ao comprar produtos da agricultura familiar, gera oportunidades de manter o agricultor e sua família no campo (BASSO; LOPES; AMARAL, 2019).

De acordo com Pereira et al. (2020) O PNAE é um programa de caráter universal, sendo considerado uma importante estratégia para a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e para a concretização da segurança alimentar e nutricional (SAN). Representa, desde a promulgação da Lei no 11.947 de 2009, um programa que faz convergir duas importantes agendas da SAN: o acesso à alimentação adequada e saudável e o estímulo à produção de alimentos pelos agricultores familiares.

A agricultura familiar enfrenta vários desafios, sendo a comercialização de sua produção um dos mais importantes. Políticas públicas como o PNAE representam um relevante canal de comercialização ao contribuir na aquisição de alimentos dos agricultores familiares, impulsionando assim, o desenvolvimento local. Entretanto, para que o PNAE contribua para o desenvolvimento da agricultura familiar e ofereça alimentos de qualidade para os estudantes é necessário que a lei seja cumprida (ROZENDO *et al.*, 2014; ARAÚJO *et al.*, 2018).

Muitos estudos apontaram para o descumprimento da lei em algumas regiões e municípios brasileiros. Isso ocorre na maioria das vezes pelo desconhecimento dos agricultores quanto a operacionalização do programa, falta de organização da produção para atender as demandas via chamadas públicas das escolas e a pela falta dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). Fato pelo qual, fragiliza a organização das famílias agricultoras ao programa desde a produção até a comercialização (TROIAN *et al.*, 2020).

Diferentes estudos ressaltam a dificuldade de diálogo entre as secretarias de educação e a secretarias de agriculturas dos municípios, uma vez que, o profissional de nutrição da prefeitura responsável pela elaboração do cardápio, ou seja, das demandas por alimentos da agricultura familiar, não teriam as informações necessárias sobre a produção local, havendo a preferência por alimentos industrializados nos editais publicados. Assim, é essencial que esse profissional, como responsável técnico pelo PNAE no município, tenha as informações necessárias para haver de fato o incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar (MACHADO *et al.*, 2018).

Entre os anos de 2011 a 2017, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) transferiu quase R\$ 3 bilhões para a compra da alimentação escolar nas 26 capitais e no Distrito Federal. Deste total, quase R\$ 360 milhões (13%) foram utilizados na compra de alimentos da agricultura familiar para alimentar mais de 40 milhões de alunos atendidos pelo PNAE (FNDE, 2020). Nessa perspectiva, podemos observar a grande demanda ainda não explorada do segmento familiar pelas prefeituras. Esse gargalo precisa ser minimizado através de uma maior visibilidade do potencial da agricultura familiar em cada município Brasileiro (HENIG; SANTOS, 2016).

A fragilidade da assistência técnica e extensão rural (ATER) é considerada como um fator limitante quando pensamos em uma comercialização mais eficiente tanto nas feiras como nas compras institucionais, a exemplo do PNAE. Esse apoio é fundamental, uma vez que a construção de canais de comercialização sólidos necessita de organização desde o planejamento de plantio, passando pela colheita, beneficiamento no caso de agroindústrias e culminando com a aferição de renda (SILVA; GRZEBIELUCKAS; SANTOS, 2019).

A dificuldade em operacionalizar o programa pode ser observado, em particular, nos estados da região Norte do país e os municípios de pequeno porte que são os que atingem os menores percentuais de realização de compra da agricultura via PNAE e PAA (MACHADO *et al.*, 2018). Conhecer esses gargalos é fundamental nas ações relacionados à agricultura familiar, revelando demandas e oportunidades de mercado que não estão sendo atendidas pela produção familiar, como é o caso do PNAE (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, 2019).

Concomitante a isso, é necessária uma maior relevância no papel da merenda escolar e ao trabalho da agricultura familiar, pois ambos, colaboram para a construção e a formação de hábitos alimentares mais saudáveis. Para a efetividade da ação, torna-se indispensável a integração dos agentes participantes do programa, tais como a escola, gestores municipais, agricultores familiares, extensionistas e os estudantes (KESSLER, 2017).

Muito ainda precisa ser repensado para ampliar o acesso ao PNAE para mais famílias agricultoras em todo o país. Sendo prioritário o envolvimento de todos os atores municipais do município. Analisando com critério a produção familiar e capacitando os agricultores para atender as exigências de qualidade dos produtos com potencial para o atendimento a merenda escolar. Essa ação precisa ser contínua e planejada, uma vez que, ainda prevalece um cenário onde muitas escolas buscam seus alimentos em outros municípios ou em locais distantes, tendo na agricultura local um grande potencial para suprir essas necessidades (TURPIN, 2009).

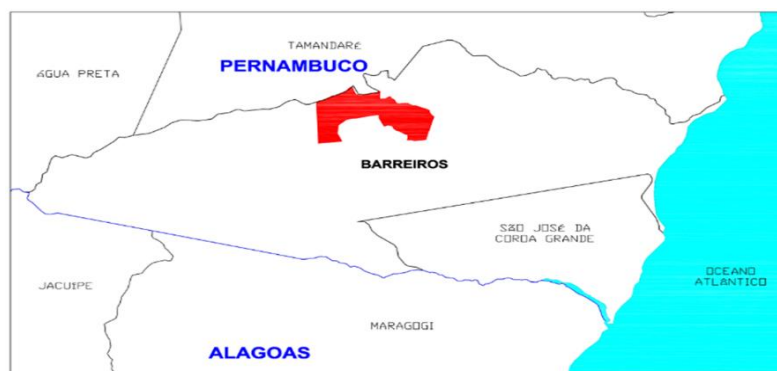
Dialogando nesse sentido, existe uma crescente literatura internacional sobre compras públicas sustentáveis, que reivindica a integração de elementos sociais e ambientais nas compras governamentais, entendemos que os instrumentos de compras públicas dos alimentos brasileiros, a exemplo do PNAE, deve ser utilizado como uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento rural, em bases sustentáveis, sobretudo na agroecologia e na agricultura familiar. Assim, se faz necessário ampliar os recursos, em especial para os pequenos municípios, pois nestes espaços rurais há maior dificuldade para estabelecer dinâmicas de articulação entre produção e consumo. (SOLDI, 2018).

4 METODOLOGIA

4.1 Área de estudo

O estudo foi realizado município de Barreiros - PE, localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana e na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana (Foto 1). O município possui uma área de 233,379 km², população estimada de 40.732 habitantes e está inserido no bioma Mata Atlântica (CENSO DEMOGRÁFICO/IBGE, 2010). Apresenta como principais atividades econômicas o comércio e a agricultura. No caso da agricultura, destaca-se o cultivo da cultura da cana-de-açúcar e o segmento da agricultura familiar que predomina em 22 assentamentos de reforma agrária (STR Barreiros, 2021).

Figura 1. Mapa Político do território da Mata Sul Pernambucana destacando o Município de Barreiros- PE.



Fonte: SDT/MDA

4.2 Procedimentos metodológicos

A proposta de construção deste estudo ocorreu a partir de um olhar da pesquisadora e aluna do curso de tecnologia em agroecologia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do campus Barreiros (IFPE) em vistas técnicas do curso, observando a dificuldade das famílias agricultoras em acessar ao programa nacional de alimentação escolar (PNAE) em diferentes espaços de comercialização do município de Barreiros. No decorrer dessas visitas, foi observado alguns aspectos como por exemplo o fato dos agricultores e agricultoras conhecerem o PNAE mais não acessarem. E no caso de acessarem, não existir continuidade do programa ou também a fragilidade e a descontinuidade no pagamento dos produtos comercializados.

Desta forma, para a realização deste estudo considerou-se necessária a utilização de técnicas qualitativas (realização e interpretação de entrevistas, buscando recuperar a história

institucional e captar a percepção dos informantes) e quantitativas (aplicação de questionário e sistematização dos dados).

O uso conjugado desses dois tipos de abordagem objetivou identificar e compreender de forma mais profunda e interpretativa os diferentes aspectos que caracterizam este estudo (PERUZZO, 2017). Entender a relação intrínseca dessas informações e fundamental na percepção e no entendimento dos diferentes desafios que impedem uma maior adesão dos agricultores familiares locais ao PNAE de forma plena e contínua.

Foram entrevistados neste estudo a coordenadora do Conselho de Alimentação e Merenda Escolar (CAME)/gestora do PNAE/secretaria de educação do município, o vice-presidente do sindicato rural (STR Barreiros), a nutricionista responsável pelo cardápio escolar e escolha dos alimentos da agricultura familiar do município, a nutricionista do Instituto Federal de Pernambuco (campus Barreiros) e o presidente do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS). Dentre vários aspectos observados no decorrer das entrevistas junto a cada ator entrevistado, o acesso e operacionalização da Lei 11.967/09, assim como, os desafios para que a lei seja devidamente implantada no município tiveram destaque. As entrevistas ocorreram de forma presencial, mantendo o distanciamento social e a utilização de máscara de proteção.

Figura 2. Entrevista realizada acerca do acesso e operacionalização do PNAE junto a secretaria de educação, sindicato rural, nutricionista e conselho municipal do município de Barreiros – PE. 2021.



Fonte: próprio autor do trabalho.

4.3 Sistematização dos dados

Todos os dados foram sistematizados, tabulados, e agrupados no programa Microsoft Office Excel® 2010, por tabulação simples, tabelas, gráficos e figuras.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Apoio e percepção da secretaria municipal de educação e agricultura quanto ao acesso e a operacionalização do PNAE no município de Barreiros – PE.

Em entrevista com a supervisora da secretaria de educação do município de Barreiros, que como função a supervisão do conselho de alimentação da merenda escolar (CAME), foi mencionado pela entrevistada que a prefeitura executa a compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar via PNAE a nove anos. Atualmente, essa compra beneficia 32 escolas municipais e mais uma creche. Também foi mencionado que parte desses recursos para a compra da merenda escolar via PNAE são destinados a comprar da agricultura familiar local. Neste ano, foram contemplados quatro agricultores familiares. Esta iniciativa é extremamente relevante para agricultura familiar do município, em particular, no cumprimento da Lei 11.947/09.

Lei 11.947/09 - Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. § 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (FNDE, 2020).

Vale ressaltar que o município de Barreiros possui cerca de 1.067 famílias agricultoras e 22 associações de agricultores familiares. Esses números indicam o potencial que o município apresenta para produzir alimentos (IBGE, 2017; STR, 2021). Entretanto, conforme as informações da secretaria de educação/gestora do PNAE no município, o quantitativo de agricultores envolvidos no programa é bastante incipiente frente ao total de famílias existentes. Isso suscita duas coisas, a dificuldade de acesso das famílias agricultoras para ser inseridas no programa e o potencial ainda para ser explorado e beneficiar mais famílias agricultoras com essa importante estratégia de comercialização institucional para agricultura familiar.

Um dos entraves apontados pela gestora do programa no município foi a dificuldade na documentação, em especial a DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF) e o fato do processo de compra ocorrer através de chamada pública como prevê a Lei que regulamente o programa.

A DAP é o principal documento para o acesso a qualquer uma das linhas de crédito do PRONAF e mais 15 políticas públicas do governo federal, dentre elas o PNAE (BACEN, 2021).

Outro aspecto importante relatado foi o fato de não haver nenhuma parceria ou estratégia entre a secretaria de educação e os atores de ATER municipais, como por exemplo o IPA (instituto agrônomo de Pernambuco), o sindicato dos trabalhadores (STR Barreiros) ou mesmo o conselho municipal (CMDRS), para ampliar a participação dos agricultores familiares no PNAE. Os atores de assistência técnica e extensão rural (ATER) exercem um papel fundamental na articulação de políticas públicas no âmbito municipal no que tange as políticas de crédito rural e compras institucionais como o PNAE (FARIA; DUENHAS, 2019).

Quando questionado se os recursos para aquisição de alimentos via agricultura familiar pelo PNAE são suficientes para as compras da merenda escolar no município, a gestora respondeu que sim. Quanto a uma parte desses recursos beneficiarem mais famílias agricultoras foi mencionado que existe uma relação entre a demanda da prefeitura e as compras da agricultura familiar. Não ficando claro no momento da entrevista, os aspectos postos na Lei 11.967/09 que pressupõe que no mínimo, 30% dos recursos sejam investidos nas compras oriundas da agricultura familiar.

Para que mais famílias agricultoras do município sejam beneficiadas pelo PNAE, é importante que a chamada pública realizada para a agricultura familiar contemple as peculiaridades locais em consonância com a produção, uma vez que muitos produtos que as escolas estão acostumadas a adquirir não fazem parte dos produtos que a agricultura familiar local tradicionalmente produz. Dessa forma, a elaboração do edital das chamadas públicas é o resultado de um primeiro momento de negociação, sendo nesta etapa, primordial a presença dos atores de ATER neste processo de construção do elo entre os agricultores e a prefeitura.

Vale ressaltar que participação da sociedade civil organizada, representada pelos conselhos municipais, sindicatos e a extensão rural local é fundamental no controle acerca do funcionamento das políticas públicas no âmbito rural do município. Isso não é diferente com o PNAE. Apesar disso, se destaca o conselho de alimentação escolar (CAE) que desempenha um papel de acompanhar, monitorar e assessorar os recursos federais para o desenvolvimento do PNAE, dessa forma ressalta-se a importância deste conselho para que os estudantes tenham acesso à alimentação nas escolas e os agricultores possam realizar sua comercialização (FNDE, 2017).

Em entrevista com o secretário de agricultura foi mencionado conhecer o PNAE, seus objetivos e mecanismos. Assim como, destacou que a prefeitura apoia o programa através de palestras em campo junto aos agricultores e no transporte da produção, “quando possível”.

Dentre os principais desafios observados pela secretaria na execução do programa e para que mais agricultores sejam contemplados, foi mencionado a falta de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), uma vez que, a prefeitura não tem recursos humanos suficientes para apoiar todos os agricultores do município.

A secretaria destacou ainda que por se tratar de áreas de assentamento o instituto nacional de reforma agrária (INCRA) poderia apoiar mais, mas isso não ocorre como deveria. Apontou que um dos maiores entraves ao avanço do programa é o fator escala e organização da produção, reiterando que os agricultores falam que tem “medo” de produzir e não conseguir vender depois ou transportar. Em nenhum momento da entrevista pareceu existir um diálogo mais consistente entre a secretaria de educação e a secretaria de agricultura. Algo que pudesse considerar um maior apoio as famílias agricultoras quanto a execução do PNAE. Esse diálogo passaria por ações mais concretas da secretaria de agricultura junto aos agricultores tomando a frente o processo produtivo e servindo de ponte para os trâmites burocráticos. Concomitante a isto, a secretaria de educação atuaria mais junto aos agricultores apoiados pela secretaria de agricultura. Aparentemente, fica implícito que essa estratégia não existe entre esses dois atores.

Normalmente, é observado que a grande questão ou entrave ao PNAE não são os recursos federais destinados a compra institucional. Por exemplo, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 (dados mais recentes disponibilizados pelo FNDE), no município de Barreiros, foram destinados a merenda escolar um montante de R\$ 500.808,00, R\$ 464.354,00, R\$ 466.308,00, R\$542.934,00 e R\$ 575.724,00, respectivamente. Desses recursos, apenas nos anos de 2013, 2014 e 2015 foi constatado a compra da agricultura familiar local, sendo apenas no ano de 2014 atingindo a cota em 30% de compras da agricultura familiar como recomenda a Lei que rege PNAE (FNDE, 2021). (Tabela 1).

Tabela 1. Recursos disponibilizados para o Município de Barreiros através do Fundo Nacional de desenvolvimento da educação para a merenda escolar e o percentual adquirido junto a agricultura familiar local. Barreiros – PE.

Ano/Código IBGE	UF	Unidade executora	Valor transferido FNDE R\$	Valor aquisição da agricultura familiar R\$	Percentual oriundo da agricultura familiar
2013 -2601409	PE	Prefeitura Barreiros	R\$ 500.808,00	R\$36.337,20	7,26%
2014 - 2601409	PE	Prefeitura Barreiros	R\$ 464.354,00	R\$153.523,79	33%
2015-2601409	PE	Prefeitura Barreiros	R\$466.308,00	R\$ 33.806,86	7%
2016-2601409	PE	Prefeitura Barreiros	R\$542.934,00	0%	0%
2017-2601409	PE	Prefeitura Barreiros	R\$ 575.724,00	0%	0%

Fonte: Ministério da educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação/PNAE (2021).

Vale destacar, que em anos posteriores não foi observado nenhum processo de compra do segmento familiar. Essa discrepância, ou mesmo o não atendimento a Lei já citada, como discutido acima, é muito preocupante, em particular, pelo potencial que as áreas de produção possuem no município de Barreiros. Isso reflete em parte, uma total desorganização social e comunicação entre agricultores familiar e poder público responsável por viabilizar o PNAE.

5.2 Apoio e percepção do sindicato dos trabalhadores rurais e do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável quanto ao acesso e a operacionalização do PNAE no município de Barreiros – PE.

Em entrevista com o representante do sindicato dos trabalhadores rurais do município (STR Barreiros) e com o representante do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável do município (CMDRS), ambos mencionaram conhecer o programa e sua operacionalização, além de divulgar o programa de compra em suas reuniões e assembleias mensais. No caso do sindicato rural, foi observado que essa importante instituição colabora na animação ou articulação do PNAE junto aos agricultores familiares. Sendo mencionado que as informações são repassadas via campanha ou eventos. Além de atuar de “porta a porta” como relatado, informando aos agricultores e agricultoras dos seus direitos, e dentre eles, as compras institucionais. Quando questionados acerca dos desafios para uma maior operacionalização do PNAE no município, o sindicato relatou a questão dos recursos serem escassos, falta de empenho da prefeitura e desarticulação dos agricultores.

No caso do conselho municipal, foi enfatizado como principais desafios a execução do programa no município a dificuldade de logística para o deslocamento dos agricultores em transportar sua produção, atendendo os prazos de entrega das escolas. Vale ressaltar, que no município o inverno é muito rigoroso e com elevadas precipitações que danificam as estradas. Também foi mencionado pelo presidente do conselho que o município de Barreiros é um celeiro de agricultores familiares. E que apesar disto, o PNAE não está atendendo nem 20% desses agricultores. Destacou também, que a prefeitura apoia uma nova iniciativa em parceria com o sindicato, um galpão para comercialização da agricultura familiar que deverá ser inaugurado até o ano de 2022.

Tanto o sindicato rural como o conselho municipal, importantes espaços de discussão e articulação para a agricultura familiar no município, destacaram nas entrevistas suas ações e planejamentos. Destacaram também a falta de recursos para as compras institucionais, dificuldades na organização da produção e logística dos agricultores para produzir e transportar

sua produção, mas não deixaram claro a grande questão que foram abordados. Porque em um município com tamanho potencial produtivo reconhecido o acesso e benefícios do PNAE para a agricultura familiar é tão inexpressiva.

Segundo Rockett *et al.* (2019) o principal desafio para a aquisição de alimentos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul é a falta de organização dos agricultores. Porém, no início do programa em 2010, a região Sul foi a que mais adquiriu alimentos da agricultura familiar, pela maior organização dos agricultores e gestores e pelo apoio dos órgãos de extensão e gestão (escritórios da Emater, secretarias de agricultura e cooperativas).

Nesse contexto, não se justifica para uma maior abrangência do PNAE no município a questão “recursos financeiros”, considerando, como apontado acima, que os recursos existem através dos repasses do FUNDEB. Portanto, se os recursos não são a questão e o potencial produtivo da agricultura familiar local é um fato, certamente, parte dos entraves observados passam pela articulação e diálogo entre agricultores-prefeitura-agentes de ATER (extensão pública, sindicato e conselho).

A execução das diretrizes do PNAE depende da participação dos gestores, de todos os sujeitos envolvidos para a promoção da alimentação dos alunos das escolas e do estímulo à produção da agricultura familiar local para o fornecimento de alimentos aos alunos da rede pública de ensino (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013).

Na prática, os municípios apresentam dificuldades ao acesso e aplicação dos recursos. Essas dificuldades ocorrem devido à falta de políticas intersetoriais na gestão municipal e real participação da sociedade civil no processo de acompanhamento das ações do programa. Os estados da região Norte do país e os municípios de pequeno porte são os que atingem os menores percentuais de realização de compra da agricultura via PNAE e PAA (MACHADO *et al.*, 2018).

Além da dificuldade de acesso ao PNAE pelas chamadas públicas e outros documentos, a fragilidade no diálogo entre as prefeituras municipais e os agricultores precisa ser considerada, sendo um outro fato relevante para explicar a baixa adesão ao PNAE por parte das famílias agricultoras no município de Barreiros, e que também pode explicar a baixa adesão em outros municípios brasileiros. Esse fator perpassa por uma adequação dos cardápios das escolas aos produtos produzidos na região, fazendo com que exista uma adequação das necessidades de compra por parte das escolas aos produtos locais.

Segundo Machado *et al.* (2018), foi verificado a dificuldade de diálogo entre as secretarias de educação e as secretarias de agricultura dos municípios, uma vez que a nutricionista não teria as informações de quais produtos poderiam ser adquiridos da agricultura familiar local e, por isso, havia a preferência por alimentos industrializados nos editais

publicados. Assim, é essencial que o profissional de nutrição, como responsável técnico pelo PNAE no município, tenha as informações necessárias para haver de fato o incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar.

Em estudo realizado no município de Passo Fundo - RS, a inclusão dos alimentos produzidos em âmbito local nos cardápios das escolas é fundamental e deve ser pauta de discussão. Além de promover discussões sobre alternativas de produção e meios de consumo saudável dos alimentos, promove o desenvolvimento econômico e social associado à proteção ambiental, conscientizando para a importância da agricultura familiar local (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2016).

É importante que o responsável técnico pelo PNAE organize o planejamento dos cardápios escolares de acordo com a sazonalidade dos produtos a serem adquiridos, pois esta interfere diretamente no abastecimento (SARAIVA *et al.*, 2013). Além da questão da sazonalidade Belik e Domene (2012) reforçam que os produtos da agricultura familiar devem atender as exigências de qualidade e especificações previstas em edital e nas recomendações da FNDE.

5.3 Apoio e percepção do profissional de nutrição responsável pela elaboração dos cardápios escolares quanto ao acesso e operacionalização do PNAE no município de Barreiros – PE.

No presente estudo também foram entrevistadas duas profissionais da área da nutrição do município. A primeira lotada na secretaria de educação municipal e a segunda lotada no Instituto Federal de Educação de Pernambuco (Campus Barreiros). As duas profissionais são responsáveis pelo aspecto técnico na elaboração do cardápio escolar, e por conseguinte, pela orientação na solicitação de compra para construção da proposta de chamada pública.

Pesquisas apontam a dificuldade dos agricultores se manterem no PNAE devido aos documentos que precisam para permitir a inserção no programa. Ainda, apesar de ter capacidade produtiva para escoar a produção para as escolas, muitos agricultores preferem permanecer fora desse mercado, devido às burocracias do PNAE (MARQUES *et al.*, 2014; ROZENDO; BASTOS; MOLINA, 2014).

Nesse sentido, no que tange a elaboração do cardápio e sua estruturação, a nutricionista da prefeitura mencionou que observa as modalidades de ensino e possui suas regras em relação a quantidade de calorias que precisam ser fornecidas (frutas e verduras). Mencionou também que respeita a cultura do local e organiza os cardápios variados durante a semana. Foi citado

que a agricultura familiar é muito importante pois fortalece a renda dos agricultores locais e alimentos livres de agrotóxicos. A nutricionista do IFPE relatou que, primeiramente, é feito o mapeamento com os agricultores da região e a partir daí é criado o cardápio, porque de acordo com as resoluções que regem o PNAE existe uma quantidade mínima de frutas e legumes respeitando a cultura alimentar local.

Quanto aos desafios para um maior acesso ao PNAE, ambas citaram a falta de contato com os agricultores, documentação para o acesso ao programa e a dificuldade dos agricultores acessarem as chamadas públicas via internet. Essas informações são muito importantes e reiteram ainda mais a necessidade de uma ponte entre as famílias agricultoras, os assentamentos e os líderes locais. A organização social dos agricultores e uma extensão rural próxima, continua e apoiando todo o processo desde a produção até os aspectos documentais é fundamental no acesso e fortalecimento deste importante canal de comercialização.

Conforme apontam Rozendo *et al.* (2013), a existência de uma relação orgânica entre as secretarias da educação, agricultura e as organizações de agricultores cria um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento de estratégias para a execução do programa com ganhos para o conjunto dos beneficiários. Esse ambiente envolve também a adequação dos marcos legais das políticas às condições locais de organização e de articulação dos beneficiários.

Outro desafio apontado por ambas as profissionais foi a dificuldade em adquirir a diversidade de produtos necessários ao cardápio, pois alguns dos alimentos os agricultores não produzem. Os agricultores fornecem em grande parte frutas, verduras e raízes. No caso do IFPE, não se adquire bolos ou doces porque existe padaria própria na instituição, apenas alimentos *in natura* como por exemplo abacaxi, batata doce, banana comprida, prata, cará, feijão macassa, feijão carioca, poupa de frutas etc.

Quando ambas foram questionadas sobre a possibilidade de obter alimentos apenas com os agricultores familiares do município de Barreiros ou se existe a necessidade de participação de agricultores de outros municípios na chamada pública, a nutricionista da prefeitura mencionou que a prioridade são os agricultores do município de Barreiros, apesar de não terem condições de fornecer todos os alimentos. A nutricionista do IFPE destacou que no ano de 2019 tinha um produtor de Tamandaré que fornecia poupa de frutas, porém, agora em 2021 o IFPE compra exclusivamente dos agricultores familiares de barreiros.

Outro aspecto levantado junto as nutricionistas, foi porque no município de Barreiros apesar de existir cerca de 1.067 agricultores distribuídos em 22 assentamentos, a produção não contempla certos alimentos para o cardápio das escolas. A nutricionista do município

mencionou que isso acontece pela falta de organização dos agricultores na maioria das vezes. A nutricionista do IFPE afirmou que a questão não são os agricultores, mas sim a região que não está apta a produção de alguns alimentos solicitados.

As nutricionistas também fizeram questão de destacar a qualidade de todos os produtos fornecidos pelos agricultores que acessam o PNAE, todos são “ótimos e de boa qualidade”. Quando questionadas sobre algum tipo de preocupação ou solicitação nos editais para beneficiar a produção agroecológica, certificada ou sem agrotóxicos, foi mencionado por parte da prefeitura que existe, sempre se procura por bons produtos, que respeitem todas as exigências da agricultura familiar, porém ninguém segue as regras à risca. No IFPE, foi mencionado que segundo as resoluções do PNAE o produto certificado tem aumento até 30% do valor se for agroecológico e com selo orgânico, porém, no município os agricultores que acessam o PNAE não apresentam nenhum tipo de certificação.

Peron (2018) relata que a certificação ainda representa um grande desafio na agricultura familiar. Através da Organização de Controle Social (OCS), os feirantes agrológicos/orgânicos teriam seus sistemas produtivos e a qualidade da sua produção atestada perante os consumidores e à comunidade local. Em levantamento realizado por Galhardo et al. (2018), o Brasil possuía aproximadamente 16.700 produtores de orgânicos. Este número poderia ser maior, no entanto, a maior parte da produção orgânica no Brasil é realizada pela agricultura familiar e encontra dificuldades de adequação à legislação dificultando a certificação das propriedades e ou dos produtos (BATISTA *et al.*, 2019). Isso é facilmente observado em locais desprovidos de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). Onde os agricultores encontram dificuldades na transição dos seus sistemas de produção convencionais para orgânicos ou agroecológicos (BRASIL, 2011).

Um dos desafios para um maior número de agricultores acessarem o PNAE seria um planejamento da produção mais adequado apontaram as nutricionistas entrevistadas. Os agricultores produzem os mesmos produtos e possuem pouca diversidade. A nutricionista do IFPE destacou também a questão da escala de produção, uma vez que muitos agricultores não conseguem atender as quantidades necessárias de alimentos e na frequência solicitada.

Dialogando com A crescente literatura internacional sobre compras públicas familiares, que reivindica a integração de elementos sociais e ambientais nas compras governamentais, entendemos que os instrumentos de compras públicas de alimentos brasileiros (PAA, PNAE, modalidade compra institucional e outros possíveis mercados) deveriam ser utilizados como ferramentas para a promoção do desenvolvimento rural, em bases sustentáveis, sobretudo promotora da agroecologia, da diversidade da agricultura familiar e do consumo de uma

alimentação saudável. Nesse sentido, se faz necessário ampliar os recursos, em especial para os pequenos municípios, pois nestes espaços rurais há maior dificuldade para estabelecer dinâmicas de articulação entre produção e consumo. (SOLDI, 2018).

De acordo com Sambuichi, Silva, Oliveira e Savian (2014), para viabilizar os mercados institucionais é necessário aprimorar a estrutura logística de apoio (transporte, beneficiamento e armazenamento); ampliar parcerias (governos estaduais, municipais, organizações de produtores, organizações não governamentais (ONGs) e instituições diversas); coordenar as ações governamentais para melhorar a assistência técnica e oferta de crédito; que os bancos considerem projetos de crédito para sistemas de produção consorciados, considerando o todo da unidade produtiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo a produção de alimentos na agricultura familiar tem seu início no campo, entretanto, para que essa etapa seja exitosa, comercializar essa produção e gerar renda são aspectos primordiais na autonomia e na manutenção da família agricultora. Dessa forma, as compras governamentais através do PNAE vêm possibilitar aos agricultores canais mais sólidos de comercialização, evitando oscilação de preços e atravessadores.

Para tanto, acessar ao PNAE requer não apenas produzir os alimentos necessários, mas ultrapassar algumas “questões” ou “entraves” apontados neste estudo como acessar as chamadas públicas, buscar uma melhor comunicação entre os atores de ATER, fortalecer a organização dos agricultores, ter uma produção mais diversificada, dentre outros. Possivelmente, uma maior articulação entre todos os atores citados e capacitações continuadas acerca do acesso ao PNAE poderiam minimizar os entraves citados e beneficiar mais famílias agriculturas neste importante programa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. Q.; ARAÚJO, E. A. S. Agricultura familiar de sustentabilidade: uma análise da produção científica da Embrapa. **Revista de Ciências Gerenciais**, Londrina, PR, v. 19, n. 29, p. 47-50, 2015.

ARAÚJO, M. A. de; ANDRADE, J. C. de; SILVA, F. S. da; SANTOS, P. V. S. Dinâmica das compras públicas para o PNAE diretamente do agricultor familiar: estudo de caso em municípios da Paraíba. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL REGIONAL DO NORDESTE: novas dinâmicas de desenvolvimento do Semiárido, 13., 2018, Juazeiro, BA. **Anais [...]**. Juazeiro, BA, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/microrural>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BASSO, D.; LOPES, I. D.; AMARAL, V. R. do. Reflexões sobre a operacionalização do PNAE nas Escolas Estaduais de Passo Fundo (RS). **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, n. 24, n. 1, p. 163-186. 2019.

BATISTA, K. M.; PENHA, T. R. C.; MOREIRA, A. A. Aplicabilidade da lei de produção orgânica no cultivo de alimentos: estudo de caso na Comunidade de Campo Limpo no município de Santo Antônio do Tauá – Pará. **Revista Unama**, Belém, v. 10, p. 1-11, 2019.

BELIK, W.; DOMENE, S. M. A. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo - Brasil. **Agroalimentaria**, Mérida, VE, v. 18, p. 57-72, 2012.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.947 de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis ns. 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário e Extrativismo. **Caderno do plano de manejo orgânico**. Brasília: MAPA/ACS, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário 2020/2021**. Brasília: Mapa, 2020.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDARIA. **De olho no campo**: tudo sobre a agricultura familiar no Brasil. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/tudo-sobre-a-agricultura-familiar-nobrasil/>. 2019. Acesso em: 10 out. 2021.

COSTA, C. C.; GOMES, J. L. ALMEIDA, P.; A. Seleção de indicadores de sustentabilidade em fragmentos florestais de Mata Atlântica na Bacia Hidrográfica do Rio Poxim Sergipe, por meio do geoprocessamento. **REGET**, Santa Maria, RS, V. 18, n. 1, 2014.

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 59, n. 3, 2020.

DARLAN C. K.; ZONIN, V. J.; COLETTI, T.; SIMÕES, W.; DENTZ, E. V. Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, v. 24, n. 1, p. 138-162, 2019.

FARIA, Alexandre Augusto Ramos; DUENHAS, Rogério Allon. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**. v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (2017). Alimentação escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pna>. Acesso em: 10 out. 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (2020). Alimentação escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 10 out. 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**: manual. Brasília, DF: MEC, 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)**. Brasília, DF: MEC, 2017b.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 255- 269, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34kjLbb>. Acesso em: 10 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/34kjLbb>. Acesso em: 10 out. 2021.

KESSLER, M. J. **Agricultura familiar e benefícios do PNAE para os produtores de Cerro Largo/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, 2017.

MACHADO, P. M. de O. *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, 2018.

MARQUES, A. de A.; FERNANDES, M. das G. M.; LEITE, I. N.; VIANA, R. T.; GONÇALVES, M. da C. R.; CARVALHO, A. T. de. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

PEDRAZA, D. F.; MELO, N. L. S. de; SILVA, F. A.; ARAUJO, E. M. N. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1551-1560, 2018.

PEREIRA, Alessandra da *et al.* Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, 2020.

PERON, C., C. *et al.* Produção orgânica: uma estratégia sustentável e competitiva para a agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 104-127, 2018.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, México, n. 3, 2017.

RIBEIRO, A. L. de P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, Cruz Alta, RS, n. 1, v. 1, 2013.

ROCKETT, F. C.; CORRÊA, R. da S.; PIRES, G. C.; MACHADO, L. de S.; HOERLLE, F. S.; SOUZA, C. P. M. de; OLIVEIRA, A. B. A. de. Agricultura familiar e merenda escolar no Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria, RS, v. 49, n. 2, p. 5-12, 2019.

ROZENDO, C.; BASTOS, F. B. C.; MOLINA, W. S. L. A implementação das novas diretrizes do PNAE: desafios institucionais. *In*: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 6., 2014, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP: Unesp, 2014.

SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M. da; OLIVEIRA, M. A. C. de; SAVIAN, M. **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: Ipea, 2014.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. da; SOUSA, A. A. de; CARQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. dos S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SILVA, D. V. da *et al.* **A comercialização de produtos orgânicos**: um olhar a partir das experiências existentes no Brasil. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/4B/6_Danielle_Silva.pdf. Acesso em: 1 jun. 2020.

SILVA, P. V. da; GRZEBIELUCKA, C.; SANTOS, J. S. C. Benefícios e entraves do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT. **Rev. NERA**, v. 22, n. 49, p. 168-188, 2019.

TROIAN, A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V.; PEREIRA, J. C. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 58, n.3, 2020.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segur. Aliment.Nutr.**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S. P. **Nota Técnica n. 69 (Disoc):** agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Nota Técnica. INPEA - Instituto Nacional de Perícias.

Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9996/1/NT_69_Disoc_Agricultura%20familiar%20e%20abastecimento.pdf. Acesso em: 1 jun. 2020.

APÊNDICE

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1. Nome e função do entrevistado.
2. A prefeitura executa o PNAE através da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar no município de Barreiros? A quanto tempo?
3. Quantas escolas são beneficiadas no Município pelo PNAE?
4. Quantos agricultores familiares comercializam (entregam) alimentos para a prefeitura de Barreiros?
5. Quantos desses agricultores que entregam para o PNAE são provenientes de outros municípios?
6. Qual os principais desafios ou dificuldades na opinião da secretaria de educação para a execução do PNAE no Município de Barreiros?
7. No processo de execução do PNAE para compra da agricultura familiar, além da chamada pública, existe algum outro tipo de articulação com os agricultores locais dos assentamentos para acessar o PNAE?
8. Existe alguma parceria com o IPA, CONSELHO MUNICIPAL OU SINDICATO para divulgar o PNAE e beneficiar mais agricultores?
9. Você considera que os recursos para aquisição de alimentos via agricultura familiar pelo PNAE são suficientes, acredita que mais agricultores poderiam ser beneficiados?

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS SINDICATO RURAL

1. Nome e função do entrevistado.
2. O senhor conhece o PNAE?
3. Sua instituição colabora de alguma forma na execução do PNAE no Município de Barreiros (articulando os agricultores, divulgação, organização...)?
4. Considerando que o PNAE utiliza recursos públicos da educação para adquirir produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar, como sua instituição colaborar nessa modalidade de compra institucional?
5. Quais os principais desafios que o senhor observa em relação ao PNAE na comercialização da agricultura familiar no Município de Barreiros?
6. Considerando os inúmeros assentamentos de reforma agrária existentes no Município de Barreiros, você acredita que deveria haver uma maior participação dos agricultores dessas áreas na oferta de produtos agrícolas para a compra Institucional como o PNAE? caso a resposta for SIM, por que isso não ocorre?
7. Acredita que um dos desafios para um maior número de agricultores acessar o PNAE a dificuldade de planejamento e de escala de produção por parte dos agricultores do município?

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS CONSELHO MUNICIPAL

1. Nome e função do entrevistado.
2. O senhor conhece o PNAE?
3. De que forma o conselho colabora na execução do PNAE no Município de Barreiros (articulando os agricultores, divulgação, organização...)?
4. Considerando que o PNAE utiliza recursos públicos da educação para adquirir produtos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar, como sua instituição colaborar nessa modalidade de compra institucional?

5. Quais os principais desafios que o senhor observa em relação ao PNAE na comercialização da agricultura familiar no Município de Barreiros (organização, recursos, divulgação, apoio da prefeitura)?
6. Considerando os inúmeros assentamentos de reforma agrária existentes no Município de Barreiros, você acredita que deveria haver uma maior participação dos agricultores dessas áreas na oferta de produtos agrícolas para a compra Institucional como o PNAE? caso a resposta for SIM, por que isso não ocorre?
7. Acredita que um dos desafios para um maior número de agricultores acessar o PNAE a dificuldade de planejamento e de escala de produção por parte dos agricultores do município?

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS NUTRICIONISTAS

1. Nome e função do entrevistado.
2. O senhor (a) conhece o PNAE?
3. Como é estruturado o cardápio para a alimentação escolar no município e qual a importância dos alimentos na agricultura familiar na sua opinião neste cardápio?
4. Você poderia descrever as dificuldades para adquirir os produtos oriundos da agricultura familiar para o PNAE (30% conforme a lei) (qualidade, falta de diversificação, escala...)?
5. Em relação aos produtos adquiridos na agricultura familiar você poderia mencionar a relação produtos IN NATURA e PRODUTOS PROCESSADOS entregues pelos agricultores familiares (POLPAS, DOCES, BOLOS...)?
6. Na elaboração do cardápio é possível obter os alimentos necessários apenas com os agricultores familiares do município de Barreiros ou são necessários a participação de agricultores nas chamadas públicas de outros municípios?
7. Considerando o grande número de agricultores familiares e de assentamentos no município de Barreiros (1000 agricultores e cerca de 22 assentamentos) a senhora acredita que o município poderia suprir toda a necessidade de alimentos para o PNAE no município, por que isso não acontece?
8. Na elaboração do cardápio para abertura de chamada pública para a compra via PNAE a senhora poderia estimar a relação produtos adquiridos em Barreiros e produtos adquiridos de outros municípios da região?
9. Em relação a qualidade dos produtos ofertados pelos agricultores do município e região, como a senhora classificar a qualidade desses produtos?
10. Existe alguma preocupação ou solicitação nos editais para beneficiar a produção agroecológica, certificada ou sem agrotóxicos?
11. Acredita que um dos desafios para um maior número de agricultores acessar o PNAE a dificuldade de planejamento e de escala de produção por parte dos agricultores do município?

TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO

Pelo presente termo, declaro estar esclarecido acerca da entrevista e estar de acordo em prestar as informações solicitadas pelo entrevistador como parte integrante das atividades de pesquisa relacionada a ao trabalho de conclusão de curso realizada pelo aluna Lidiane Maysa e sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Mello, sendo o trabalho intitulado: **Programa Nacional da Alimentação Escolar – (PNAE): avanços e desafios na execução da Lei 11.967/09 referente a compra da produção agrícola familiar para merenda escolar no Município de Barreiros, PE.** . O (a) Sr. (a) foi esclarecido de que participando deste projeto, participará de um estudo de cunho científico, que tem como objetivo principal caracterizar o acesso, desafios e operacionalização do PNAE no município. Caso O (a) Sr.(a) venha a aceitar a participar deste projeto, será garantido que poderá desistir a qualquer momento bastando para isso informar sua decisão. Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro não terá direito a nenhuma remuneração. Desconhecemos qualquer risco ou prejuízos

por participar deste projeto. Os dados referentes ao Sr. (a) serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de ética, sendo que o (a) Sr. (a) poderá solicitar informações durante toda a entrevista sobre as informações levantadas. A coleta de dados será realizada pela aluna orientada neste TCC e sob orientação do Prof. Marcelo Rodrigues Figueira de Mello, ambos, pertencentes ao IFPE Campus Barreiros.

ENTREVISTADO

_____, ____ DE _____ DE 2021